

**Processos 27.046/2019**

**EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 008/2019**

O MUNICIPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, Lei Municipal 5356/99 e seus Decretos, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, tipo MAIOR OFERTA, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e Nº 02 - (PROPOSTA COMERCIAL) até às 14:00 (quatorze) horas do dia 09 de outubro de 2019, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, situada na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, nesta cidade do Rio Grande/RS, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

\* Os licitantes deverão acompanhar a divulgação de todos os atos publicados no sítio da Prefeitura Municipal ([www.riogrande.rs.gov.br](http://www.riogrande.rs.gov.br) - Edital de Licitações) referentes a esta licitação.

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa, visando a Concessão das áreas de estacionamento em vias e logradouros públicos do Município do Rio Grande, para controle da rotatividade de veículos, mediante uso remunerado do espaço Público, conforme este Edital e seus Anexos.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Somente poderão participar desta Concorrência as empresas que satisfaçam as exigências do Edital e da Lei nº 8.666/93, e alterações.

2.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados que, no âmbito do Município do Rio Grande (RS), estejam temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a Administração, seja em face do disposto no Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02.

2.3. Não poderão participar da presente licitação os interessados que, no âmbito de qualquer ente federativo, estejam declarados como inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, seja em face do disposto no Inciso IV do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02.

2.4. Não poderão participar da presente licitação os interessados enquadrados nas hipóteses do Art. 9º da lei 8.666/93.

2.5. Será admitida a participação de empresas reunidas sob a forma de Consórcio, atendidas as seguintes condições:

- a) Apresentação pelo Consórcio, no envelope de Habilitação, do compromisso público ou particular de constituição de consorcio, subscrito pelos consorciados, com indicação do nome do consorcio, da empresa líder responsável pelo consorcio, da proporção da participação de cada integrante e do prazo de duração do consorcio, o qual não poderá ser inferior ao prazo de duração do contrato de concessão;
- b) Caberá a empresa líder a representação do Consórcio durante toda a licitação e a execução do contrato de concessão;
- c) A empresa líder será a principal responsável, junto ao Poder Concedente, pelos compromissos assumidos no contrato de concessão, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidaria dos demais consorciados pelos atos praticados em Consórcio;
- d) Fica vedada a substituição da empresa Líder ao longo do prazo de concessão, salvo quando houver previa e expressa anuência do Poder Concedente;
- e) O impedimento de participação, nesta Licitação, de empresa consorciada por intermédio de mais de um Consórcio ou isoladamente;
- f) O Consórcio formalmente constituído deverá observar as proporções de participação de cada empresa no Consórcio licitante.
- g) Durante a concessão, desde que não se comprometa a manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação pelo Consórcio, serão autorizadas alterações na participação das empresas dentro do Consórcio, nos termos do respectivo contrato de Consórcio, devendo tais modificações ser comunicadas previamente ao Poder Concedente, indicando todas e quaisquer alterações nas empresas consorciadas responsáveis pela operação das linhas do sistema licitado.
- h) Toda e qualquer transferência de direitos de consorciada referente a concessão para terceiros, ou ainda em qualquer caso de alienação de controle societário, fusão, cisão, incorporação de empresa consorciada, ou exclusão de empresa do Consórcio, será necessária a previa anuência do Poder Concedente, na forma do art. 27 e seguintes da Lei Federal 8.987/1995.
- i) O Consorcio vencedor deverá ser formalmente constituído e registrado antes da assinatura do Contrato de Concessão, sendo que o registro deverá ser feito na respectiva Junta Comercial, nos termos da Lei de Registros Públicos de Empresas Mercantis (Lei nº 8.934, art. 32, II, b regulamentada pela Instrução Normativa no 74/1998, do Departamento Nacional de Registro do Comercio – DNRC).
- j) A comprovação de qualificação técnica, em caso de Consórcio, deverá ser realizada através do somatório dos atestados de titularidade de cada consorciada.
- k) A inabilitação de qualquer empresa integrante do Consórcio acarretará a automática inabilitação deste.

2.6. Para fins de credenciamento dos representantes às sessões licitatórias, deverá ser apresentado à Comissão Geral de Licitações, em original ou cópia autenticada, fora dos envelopes: (a) procuração pela qual o licitante habilita seu representante com plenos poderes de decisão, inclusive para renunciar ao direito de interposição de recursos; (b) ou documento legal que comprove ser o participante sócio da licitante, com poderes para representá-la. O sócio do licitante deverá comprovar que tem legitimidade para representá-lo.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão dois envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situada à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, nesta cidade do Rio Grande/RS, da seguinte forma:

#### **ENVELOPE Nº 01: CONCORRÊNCIA Nº 008/19**

##### **PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

##### **CONCESSÃO DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**

##### **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

##### **PROPONENTE:**

#### **ENVELOPE Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 008/19**

##### **PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

##### **CONCESSÃO DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**

##### **PROPOSTA COMERCIAL**

##### **PROPONENTE:**

### **4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)**

#### **4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

4.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual

4.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

4.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir:

4.1.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

#### **4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

4.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

4.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais expedida pela Secretaria de Município da Fazenda do Rio Grande.

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede.

4.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.2.4 – Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.6 Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

#### **4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA**

4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

4.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último o exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula, assinados por contador

responsável com respectivo número de registro no conselho.

4.3.2.1. Poderá ser apresentado em substituição ao exigido no Item 4.3.2 escrituração contábil digital – SPED conforme Decreto 8.683/25/02/2016, e deverá obrigatoriamente conter o que segue:

- a) Termo de Autenticação com identificação do Autenticador – Junta Comercial (impresso do arquivo SPED Contábil)
- b) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED Contábil)
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED Contábil)
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED Contábil)
- e) Notas explicativas

4.3.2.2. Para Sociedade Limitada poderá ser apresentada cópia autenticada da publicação em diário oficial das demonstrações contábeis (letras “c”, “d” e “e”) em substituição ao SPED Contábil (letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”).

4.3.3. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de liquidez ou pelo Patrimônio Líquido, conforme os seguintes critérios:

Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser maiores que 1,00, e resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

4.3.3.1. Os índices devem ser calculados e assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

#### **4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Para a verificação da habilitação técnica deverá ser apresentado:

4.4.1. Capacidade Técnica Operacional – Será demonstrada através da apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica da empresa, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado da Certidão de Acervo Técnico relativa ao profissional responsável técnico que atuou na prestação de serviço atestado,

comprovando que a proponente executou e/ou executa o serviço licitado por um período superior a 01(um) ano em Municípios, Distritos e/ou equiparados com o sistema de estacionamento rotativo com número igual ou superior a 700 (setecentas) vagas para estacionamento rotativo pago em via pública equipado com tecnologia de parquímetros multivagas, veículo de fiscalização com tecnologia OCR, pontos de venda com POS, uso de aplicativo para telefone inteligente e software de integração de todos os componentes.

4.4.2. Capacidade Técnica Profissional – Indicação de profissional de nível superior, com apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s), através de Certidão de acervo Técnico – CAT no CREA ou CAU que comprove(m) experiência para as seguintes atividades: Serviços de implantação, instalação, operação e manutenção de sistema de estacionamento rotativo de veículos, através de parquímetros eletrônicos tipos multivagas emissores de tíquetes, veículo de fiscalização com tecnologia OCR, pontos de venda com POS, uso de aplicativo para telefone inteligente e software de integração de todos os componentes;

Obs.: A comprovação de possuir em seu quadro profissional detentor dos atestados mencionados no Item 4.4.2 acima deverá ser feita, por ocasião da assinatura do contrato, através da apresentação do registro em carteira profissional, ou contrato de prestação de serviços entre o profissional e a licitante, ou de que o profissional possui vínculo societário comprovado pelo contrato social;

4.4.3. Atestado emitido pelo Município de Rio Grande, conforme Anexo II deste Edital, de que o representante da licitante visitou e tem pleno conhecimento do local de implantação do sistema de estacionamento rotativo controlado, bem como dos detalhes que norteiam sua implantação e operacionalização, com data de visita posterior à publicação do aviso desta licitação e até 05 (cinco) dias de antecedência a data apazada para abertura do certame, e pré-agendada com o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, junto à Secretaria Municipal da Mobilidade, Acessibilidade e Segurança;

4.4.3.1. Para efetuar a visita técnica, o licitante, ou seu representante legal, deverá possuir documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para realização da vistoria, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil;

4.4.3.2. Realizada a visita técnica será emitido ATESTADO DE VISITA TÉCNICA E CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES FUTURAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, em favor da licitante, assinado por representante do Poder Concedente e pelo representante da Licitante, atestado este que deverá ser obrigatoriamente apresentado no Envelope 1 – Habilitação.

4.4.3.3. A visita deverá ser agendada junto à Secretaria Municipal da Mobilidade, Acessibilidade e Segurança, pelo Fone: (53) 3233-7294.

4.4.3.4. A visita técnica se dará em caráter obrigatório para que o licitante fique ciente das dificuldades, esforços e investimentos necessários à execução do objeto, cujas

dificuldades não conseguem ser reproduzidas fielmente no Projeto Básico e que futuramente quando encontradas não poderão ser alegadas para a inexecução parcial ou total do contrato, além de solicitações de aditivos contratuais e quaisquer outros que venham a impactar na implantação do objeto e no percentual de repasse para o município.

4.4.4. Certidão de Registro ou Inscrição de Regularidade de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física (responsável técnico) no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/CREA, e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU, valido na data da licitação;

#### **4.5. - DECLARAÇÕES**

4.5.1. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;

4.5.2. Declaração expedida pelo próprio licitante da inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação em processo licitatório, devidamente datada e assinada.

4.5.3. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal - Modelo Anexo VIII

#### **4.6. DA HABILITAÇÃO CONDICIONADA**

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte declarada como vencedora do presente certame e beneficiada pela Lei Complementar 123/2006, a habilitação ficará condicionada a regularização posterior, desde que seja apresentada pela licitante Declaração conforme Anexo III deste Edital.

b) Declarada vencedora do certame, microempresa ou empresa de pequeno porte terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c) A dilação do prazo por mais cinco dias úteis fica condicionada à solicitação da licitante por escrito e mediante justificativa aceita pela Administração.

d) O benefício de que trata a alínea "a" do item 4.6 não eximirá a microempresa ou a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

e) Por restrição entendem-se como a existência de débitos com a Fazenda Pública a ser comprovada mediante a apresentação de uma certidão positiva de débitos.

f) A apresentação de certidão com prazo de validade vencido é documento que não produz efeitos e levará à inabilitação da licitante.

**4.7** A documentação de habilitação (Capítulo 4.), exigida poderá ser apresentada:

- a) no original (não será devolvida),
- b) por qualquer processo de cópia autenticada,
- c) por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente
- d) por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

**4.8** Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

## **5. DA PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE Nº 02)**

5.1. O ENVELOPE Nº 02 deverá conter Proposta comercial indicando o PERCENTUAL DE REPASSE MENSAL PARA A CONCEDENTE, em algarismos, de forma clara e precisa, assinada por representante legal da licitante ou por procurador / credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento com firma autenticada.

5.1.2. A título de apresentação de percentual de repasse mensal não serão aceitos algarismo após a vírgula

5.2. A proposta deverá conter:

- a) Deverá constar na proposta dados bancários, endereço, telefone e e-mail da empresa licitante.
- b) Prazo de validade não inferior a 60(sessenta) dias, contados da data de sua abertura.
- c) A licitante deverá apresentar junto a sua proposta de forma obrigatória, PRÉ-PROJETO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PROPOSTO, com as características técnicas e operacionais do sistema ofertado através de descrição conceitual e teórica, detalhando através de memoriais descritivos o funcionamento, operação, fiscalização, arrecadação, distribuição, comercialização, auditoria e controle, em acordo com o Item 24 do Anexo I – Projeto Básico.
- d) Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, com sua proposta comercial, como documento que compõe a própria proposta, DEMONSTRAÇÃO PLANILHADA DA VIABILIDADE ECONÔMICO/FINANCEIRO DA OPERAÇÃO OBJETO DA CONCESSÃO, que deverão estar rigorosamente em acordo com o Item 25 do Anexo I – Projeto Básico.

## **6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO, DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DA HOMOLOGAÇÃO.**

## **6.1. DO RECEBIMENTO**

6.1.1. O invólucro, na forma deste Edital, será recebido até às 14:00 (quatorze) horas do dia 09 de outubro de 2019 no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situada à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.1.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste Edital.

## **6.2. DA ABERTURA**

6.2.1. A abertura das propostas será realizada às 14:00 (quatorze) horas no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes e a Comissão Especial de Licitações, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, marcando através do endereço eletrônico [www.riogrande.rs.gov.br](http://www.riogrande.rs.gov.br) – Portal Transparência, nova data e horário em que voltará a reunir-se.

6.2.3. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os documentos e os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados, serão rubricados pelos membros da Comissão e Licitantes presentes, ficando em poder da Comissão até que seja julgada a habilitação.

6.2.3.1. A Comissão manterá em seu poder as propostas dos licitantes inabilitados, com os envelopes fechados e devidamente rubricados. Após o término do período recursal ou após a desistência em interpor recurso, expressa em ata assinada por todos os licitantes, as mesmas serão devolvidas aos licitantes inabilitados. Caso não sejam retirados no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado administrativo, os envelopes serão inutilizados.

6.2.4. Em não havendo licitante inabilitado ou havendo expressa manifestação de vontade quanto a não interposição de recurso por parte destes, proceder-se-á na imediata abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas, que serão rubricadas pelos membros da Comissão e representantes presentes.

6.2.5. Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas.

6.2.6. Das reuniões para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e propostas, serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todos os licitantes, e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, reservando-se, porém, a Comissão Geral de Licitações, o direito de levá-las ou não em consideração, devendo as atas serem assinadas pelos membros da Comissão e por todos os licitantes presentes.

### **6.3. DO JULGAMENTO**

A Concorrência será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação de habilitação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.1.1. Abertura de prazo recursal contra a decisão sobre o julgamento da documentação de habilitação, nos termos do Art. 109 da lei nº 8.666/93.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

6.3.2.1. Abertura de prazo recursal contra a decisão sobre o julgamento da proposta, nos termos do Art. 109 da lei nº 8.666/93.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital serão classificadas pela ordem decrescente dos percentuais ofertados, considerando-se vencedor, dentre os qualificados, o licitante que apresentar o maior PERCENTUAL DE REPASSE MENSAL, respeitado o critério de aceitabilidade das propostas.

6.3.4.1. Verificada absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas (empate), e, após estabelecido o disposto no art. 3, §2º da Lei Federal 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio em ato público, nos termos do art. 45 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

### **6.4. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

6.4.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas Financeiras, no horário de atendimento do protocolo geral do Gabinete de Compras, licitações e Contratos do Rio Grande, no horário das 13h às 17h e 30 min;

6.4.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação;

6.4.3. Das decisões da Comissão Geral de Licitações caberá recurso, por escrito e devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão, nos prazos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo o mesmo ser protocolado no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos do Rio Grande, com observância do horário citado no Item 6.5.1;

6.4.4. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo;

6.4.5. Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo não serão apreciados pela Comissão Geral de Licitações;

6.4.6. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento;

6.4.7. A licitante que injustificadamente recorrer da decisão da Comissão Geral de Licitações, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido, poderá responder pelos danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória;

## **6.5. DA HOMOLOGAÇÃO**

6.5.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o menor preço global, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 5.2.3., sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.5.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

## **7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1. O Edital e seus anexos se encontra a disposição dos interessados, na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, sendo estas cópias por conta dos participantes ou através do site [www.riogrande.rs.gov.br](http://www.riogrande.rs.gov.br) – Portal Transparência.

7.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos fone (53)3233.8417 ou 3233.6060, até 24 horas imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

7.2.1. Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:

Anexo I - Projeto Básico

Anexo II - Modelo de Atestado de Visita ao Local dos serviços.

Anexo III - Modelo de Declaração de Enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Superveniente à Habilitação.

Anexo V – Modelo de Declaração de Não Emprego de Menores.

Anexo VI – Modelo de declaração de não emprego de funcionário público Municipal.

Anexo VII – Minuta de Contrato.

7.3. Será desclassificado o licitante que deixar de atender as exigências contidas neste edital e seus anexos ou deixar de prestar informações complementares quando solicitadas.

7.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de proposta à presente Concorrência.

7.5. A simples participação nesta licitação implica aceitação plena das condições estipuladas no edital.

7.6. Após a homologação o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05(cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81da Lei n.º 8.666/93.

7.7. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados o Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, dentro dos prazos previstos na Lei nº 8.666/93, e alterações, na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, ou solicitados, via e-mail [claircompras@riogrande.rs.gov.br](mailto:claircompras@riogrande.rs.gov.br). As respostas serão colocadas via portal “editais e licitações” e avisados de alteração no edital via e-mail a todos os proponentes que retirarem o edital no portal desta prefeitura através de cadastro, até 02 dias anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

7.8. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

7.9. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

7.10. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 06 de setembro de 2019.

Ademir Giambastiani Casartelli  
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.